



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 057/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

1- Resumo do Certame:

Processo n.º:	057/2025
Pregão Eletrônico n.º:	027/2025
OBJETO	Aquisição de 03 (três) Tratores Agrícolas Novos, destinados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR,.

- **Tipo de Licitação:** Menor Preço Unitário por Item;
- **Período de recebimento das propostas:** das 10h00min do dia 08/08/2025 até as 08h10min do dia 21/08/2025
- **Abertura e Julgamento das Propostas:** as 08h10min do dia 21/08/2025
- **Início Da Sessão De Disputa De Preços:** Às 08h40min Do Dia 21/08/2025.
- **Referência de tempo:** Horário De Brasília (DF).
- **Local:** Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br “Acesso Identificado no link – licitações”
- **Edital:** O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município: www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba “Licitações”.

São José das Palmeiras, 06/08/2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, COMPRAS E LICITAÇÃO.
PROCESSO LICITATORIO N.º 057/2025
PREGÃO ELETRONICO N.º 027/2025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2025

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/08/2025

HORÁRIO: 08:40.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, torna público para conhecimento, dos interessados, que realizará **licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo "Menor Preço Unitário do Item" Aquisição de 03 (três) Tratores Agrícolas Novos, destinados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1 - DATA DE JULGAMENTO, CONSIDERAÇÕES INICIAIS, ANEXOS DO EDITAL

1.1 - DATA DE JULGAMENTO

1.1.1 - A sessão de processamento do Pregão será realizada no ambiente virtual www.bll.org.br "Acesso Identificado", no **dia 21/08/2025 às 08h40min** horas e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.1.2 - Não será admitida a entrega de propostas APÓS as 08h10min do dia **21/08/2025**

1.2 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.2.1 - A proposta de preços deverá obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele são parte integrante.

1.2.2 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

1.2.3 - Com a apresentação da proposta de preços a empresa assume automaticamente o cumprimento de todas as condições estabelecidas no edital, inclusive ter conhecimento do Termo de Referência das especificações técnicas dos materiais, objeto desta licitação.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de 03 (três) Tratores Agrícolas Novos, destinados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.

2.2 - O (s) produto (s) deverá atender as quantidades e especificações constantes no Anexo I e no Termo de Referência.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações - Administração					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3930	08.002.20.606.0010.1076	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3941	08.002.20.606.0010.1076	793	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3942	08.002.20.606.0010.1076	814	4.4.90.52.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

4- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 - O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

4.1.1 - Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações;

4.1.2 - Decreto Municipal nº 56 de 24 de maio de 2023, que regulamentou a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de São José das Palmeiras.

4.1.3 - Decreto Municipal nº 51 de 24 de maio de 2023, que regulamente a forma de disputa, negociação e habilitação.

4.1.4 - Lei 123, de 14 de Dezembro de 2006, Decreto nº 6.204, de 05 de Setembro de 2007.

4.1.5 - Portaria Municipal nº. 01/2025, designando o Pregoeiro e equipe de apoio:

Pregoeiro: CLAUDINEI FERREIRA

Equipe de apoio:

SANDRA ROSA DE SOUZA
REGINA HELENA DAPPER FAGUNDES
MARIA CLAUDINÉIA MARQUES BASSI
REGINA CRISTINA BORGES

5 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação empresas que:

5.1.1 - desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

5.1.2 - atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital; e

5.1.3 - comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

5.2 - É vedada a participação de:

5.2.1 - consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.2.2 - empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal;

5.2.3 - empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de São José das Palmeiras.

5.2.4 - empresas com falência decretadas ou concordatárias; e

5.2.5 - empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de São José das Palmeiras.

6 - ELEMENTOS INSTRUTORES

O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município: www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações, ou poderá retirado pelos interessados pelo Departamento Administrativo, Compras e Licitações do Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - a partir de **08/08/2025**, no horário de expediente, das 08:00 às 11:30 horas das 13:30 as 17:00.

7- PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES dos serviços e/ou produtos ofertados. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I.

8 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



8.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2 - Os documentos relativos à habilitação, deverão ser ANEXADOS OBRIGATORIAMENTE na página do BLL COMPRAS, em local próprio para documentos, pelo Licitante.

8.3 - AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.

8.4 - O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.7 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

8.8 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.9 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;

Obs.: Caso a Marca possa identificar a Proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica" ou "própria", para que a proponente não seja desclassificada.

9.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Fornecedora.

9.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

9.6 – O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

9.7 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.7.1 – O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da CF; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa fornecedora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.8 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens e o constante na plataforma do pregão eletrônico, **deverá ser considerado o descritivo do anexo I.**

10 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 –A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 –O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.3 -Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.3.1 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3.2 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.4 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.6 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7 – O lance deverá ser ofertado pelo valor *do item/lote*.

10.8 –Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.9 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.10 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

10.11 - *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

10.12 - *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

10.13 - *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

10.14 - *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*

10.15 - *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*

10.16 - *Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.*

10.17 - *Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.*

10.18 - *No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.*

10.19 - *Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.*

10.20 - *O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.*

10.21 - *Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.*

10.22 - *Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, às MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e aos MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), que declararem e comprovarem regularmente essa condição.*

10.23 - *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte*

10.24 - *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

10.25 - *A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

10.26 - *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na*



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.27 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.28 – Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.29 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.30 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.31 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.32 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.32.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.31.2 – O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.33 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.34 – *Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.*

10.34.1 – *Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.*

10.34.2 – *Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.*



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

10.35 – Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

10.35.1 -Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

11 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 – Encerrada a etapa de negociação o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, verificará a exequibilidade da proposta nos termos dispostos no artigo 11 do decreto municipal nº 051/2023, e, procederá à aferição do atendimento às condições de habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

11.2 Caso haja indícios de inexecuibilidade da proposta classificada em primeiro lugar, inclusive quando o menor preço for inferior a 50% do valor orçado pela Administração, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de justificativa do preço apresentado pelo participante, com composição, se for o caso, bem assim poderá realizar diligências, para aferir se o preço proposto é exequível.

11.3. Em caso de indício de inexecuibilidade o Pregoeiro/Agente de Contratação deverá tomar compromisso formal de exequibilidade de proposta de preços, nos termos dispostos no artigo 11 do decreto municipal nº 051/2023.

11.4 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.5 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.6 – O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7 – O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.7.1 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.8 – Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do [Decreto nº 8.224/2014](#).

11.9 – O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

11.9.1 – Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

11.10 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.11 – Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.12 – O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.12.1 – Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.12.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.13 – Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.14 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12 - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato e/ou da ata de registro de preços.

12.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.5 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - O preço registrado poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, nos termos do artigo 104 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, nas seguintes hipóteses:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

I –Pela Administração, quando:

- a) O proponente que tenha seus preços registrados não cumprir as exigências contidas na Ata de Registro de Preços ou em legislação pertinente;
- b) O proponente que tenha seus preços registrados deixar, injustificadamente, de assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar outro instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;
- c) A fornecedora que tiver seus preços registrados na Ata de Registro de Preços incorrer em alguma das hipóteses elencadas no artigo 137 seus incisos da Lei Nº 14.133/2021;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

II –Pelo Proponente que tenha seus preços registrados, quando, mediante solicitação formal, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências contidas no procedimento que deu origem ao registro de preços.

13.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no inciso I do caput deste artigo, será feita pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria da Administração do Município, responsável pelo Sistema de Registro de Preços, por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

13.3 - Encontrando-se o proponente que tenha seus preços registrados em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no órgão oficial de comunicação do Município, por duas vezes consecutivas.

13.4 - A solicitação do proponente para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada, devidamente fundamentada, mediante instrumento hábil protocolado.

13.5 - Na hipótese de não comprovação das razões da solicitação de cancelamento do preço registrado, caberá a aplicação das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Nº 14.133/21.

14 – DA HABILITAÇÃO:

14.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados na página da BLL COMPRAS, caso seja cópia deverá encaminhar o original OU cópia autenticada por tabelião de notas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação do Pregoeiro, sendo eles:

14.2 - Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social (**Certidão Negativa de Débito CND**), emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituído por Lei;

14.3 - Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (**Certidão de Regularidade do FGTS-CRF**), emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

14.4 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através da **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Receita Federal;

14.5 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual (**Certidão quanto a Tributos estaduais**), da sede da licitante.

14.6 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (**Certidão quanto a Tributos Municipais**), do domicílio ou sede da licitante.

14.7 - O licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado e subscrito pelo seu representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **Anexo V** deste Edital.

14.8 - O licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado, assegurando que não possui em seu quadro Societário Servidor Público, conforme modelo do **ANEXO IV** deste Edital.

14.09 - O licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado, Declaração de que não Emprega Menores, conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital.

14.10 - **Declaração assinada pelo contador responsável da empresa sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como ME e EPP (ANEXO VI) e/ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial;**



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

14.11 - O licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado, contendo informações para assinatura de contrato, conforme modelo do ANEXO VIII deste Edital.

14.12 - As certidões que não possuírem conferência eletrônica, serão passíveis de verificação ou diligência pelo pregoeiro, o qual poderá solicitar documentos adicionais;

14.13 A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

14.14- Registro comercial, no caso de empresa individual;

14.15 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo.

14.16 - Caso a última alteração do contrato social traga consolidação do contrato social, basta apresentação deste em substituição ao contrato social e todas as alterações.

13.17 - A Regularidade Fiscal será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

13.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

14.19 - Comprovante de Inscrição Cadastral, do estado da sede da licitante (CICAD); em vigência

14.20 - Prova de inscrição no cadastro municipal da Prefeitura do Município em que está a sede do licitante (Alvará);

14.21 - Considera-se certidão positiva com efeitos de negativa a certidão onde conste a existência de débitos:

14.21.1 - Não vencidos;

14.21.2 - Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;

14.21.3 - Cujas exigibilidades estejam suspensas por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e Sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.

14.22 - Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão.

14.23 - As Certidões poderão ser apresentadas conforme Portaria MF nº 358 de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria nº 443 de 17 de outubro de 2014.

14.24 - A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

14.25 -Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a **90 (noventa) dias** da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;

14.26 - A Empresa deverá apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

15 - REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL.

15.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

15.2 - O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

15.3 - O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro indicado no Edital, devidamente protocolado no setor de Protocolos do Município de São José das Palmeiras, durante o horário normal de expediente, das 08:00 às 11:30, das 13h30min às 17:00 horas, bem como através do endereço eletrônico pmsjpalmeiras@gmail.com;

15.4 - Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

15.4.1. Caso o prazo de resposta se mostre insuficiente, diante da complexidade do questionamento, a administração poderá suspender o certame, com a publicação de novo cronograma.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

15.5 - As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

16 - SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO EDITAL OU PARA SUA IMPUGNAÇÃO.

16.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos ou para que sejam eles impugnados, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

16.2 - O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no setor de Protocolos do Município de São José das Palmeiras, bem como através do endereço eletrônico pmsjpalmeiras@gmail.com., e no endereço eletrônico www.bll.org.br

16.3 - A decisão sobre o pedido de adoção de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento, passando ela a integrar, juntamente com o requerimento que lhe deu origem, os autos do processo.

16.3.1 - Caso o prazo de resposta se mostre insuficiente, diante da complexidade do questionamento da impugnação, a administração poderá suspender o certame, com a publicação de novo cronograma.

16.4 - Desde que implique modificação(ões) do ato convocatório do Pregão e/ou de seus Anexos, o acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitado o intervalo mínimo previsto no artigo 55, inciso I, alínea "a" e no §1º do mesmo artigo 55 da Lei nº 14.133/21.

16.5 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a concessão de efeito suspensivo à impugnação medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17. - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - BLL

17.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto a **Bolsa de Licitações e Leilões-BLL**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras, através do site: www.bll.org.br.

17.2 - A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

17.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

17.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

17.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

17.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

18- PARTICIPAÇÃO NO PEGRÃO ELETRONICO

18.1- A participação no **Pregão na Forma Eletrônica** se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

18.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

18.3 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador no fone (41) 3042 9909.

19 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

19.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

19.2 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Fornecedora, se for o caso.

19.2.1 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Fornecedora.

19.3 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 03 (três) casas após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso.

19.3.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

19.4 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

19.5 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

19.6 – As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

20 – DOS RECURSOS

20.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 15 quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

20.2 – Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

20.2.1 – Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

20.2.2 – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

20.3 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.4 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.5 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

21 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

21.1 – A sessão pública poderá ser reaberta:

21.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

21.1.2 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

21.2 – Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

21.2.1 – A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

22 - HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO.

22.1 - Encerrada a sessão pública, a autoridade competente homologará o resultado do Pregão desde que não haja recurso:

22.1.1 - se houver recurso(s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es) e à homologação do resultado do Pregão;

22.1.2 - O resultado desta licitação poderá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, - PNCP e Portal da Transparência do Município.

22.2 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado oficialmente, durante o prazo de validade da proposta, para assinar o Contrato, cujo modelo consta em anexo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de convocação pelo Município.

22.3 - Se adjudicatária se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o contrato, dentro do prazo previsto no item 20.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 10% (dez) por cento sobre o valor estimado do fornecimento, além de outras sanções cabíveis e previsto no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

22.4 – Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

22.5 - A recusa injustificada do(s) adjudicatário(s) em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

22.6. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 91, combinado com o artigo 92, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.7 - Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

23 – DOS PREÇOS

23.1 – Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a contrato e/ou Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato e/ou Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

23.3 – O prazo estabelecido no subitem anterior para poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

23.4 – Serão formalizadas o (s) contrato (s) e/ou Ata (s) de Registro de Preços quanto necessárias para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

23.6 – Previamente à contratação a Administração poderá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

23.7 – Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

24. CONTRATAÇÃO.

24.1 - Para fins de controle, O MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS poderá manter representante no local de entrega, ao qual caberá realizar o controle das quantidades dos serviços executados.

24.2 - A contratação resultante deste pregão deverá ser fiel e integralmente executada pelos contratantes, de acordo com as especificações e condições constantes deste Edital e dos instrumentos que o integram, respondendo cada uma das partes pelas consequências da sua inexecução, total ou parcial.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

24.3 - Os contratos poderão ser alterados, nos termos da Lei nº 14.133/21.

24.4 - Durante a vigência deste contrato, o valor da proposta não sofrerá qualquer reajuste, nos termos da Lei nº 9.069 de 29/06/1995 e Lei nº 10.192/2001, Artigo 124, Inciso II, letra 'd', da Lei nº 14.133/21.

24.5 - O contratado fica obrigado a aceitar o aumento ou supressão de meta física.

24.6 - Caso no decorrer da vigência do contrato haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico financeiro, conforme previsão legal.

24.7 - Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação a empresa contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas e comprovações.

24.8 - Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

24.9 - Para se habilitar à revisão dos preços o interessado deverá formular pedido dirigido ao Pregoeiro Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia das notas fiscais dos elementos formadores do novo preço.

24.10 - Sendo procedente o requerimento da empresa contratada, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido;

24.11- A contratada não poderá interromper a prestação de serviços durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços

25. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

25.1 - O (s) equipamentos (s) deverá (ão) ser (em) entregue (s) pela empresa que vencer o certame, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da ordem de compra ou assinatura do contrato, no endereço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras

25.2 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado.

26. PREÇO

26.1 - O valor global estimado para esta licitação é de R\$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil reais).

26.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

26.3 - O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

26.4 - A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pronunciamentos do setor técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

26.4.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

26.4.2 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

26.4.3 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

27 - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

27.1 - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

27.2 - O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

27.3. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros.

27.4. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

27.5- No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para a entrega das peças bem como o da prestação dos serviços, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o contratado deverá refazer os serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

27.6 - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

28. PAGAMENTO.

28.1 O (s) pagamento (s) será (ao) conforme Repasse do Governo Federal, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), CONVÊNIO/MAPA nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV nº 054975/2023, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv, CONVÊNIO/MAPA nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV nº 071603/2024, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 100 cv e RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS destinado a aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv, mediante a da entrega do (s) equipamento (s), mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

28.1.1- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

28.1.2- Certidão Negativa de Débitos do FEDERAL/INSS;

28.1.3 - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

28.1.4 - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

28.1.5- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

28.1.6 - Certidão de Débitos Trabalhistas

28.2 – O município de São José das Palmeiras poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

28.3 - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

28.4 – A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico contabilidadesj123@gmail.com.

29 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

29.1 - São obrigações do Município de São José das Palmeiras:

29.1.1 - permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

29.1.2 - prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

29.1.3 - impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

29.1.4 - efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias e dos serviços prestados, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

29.1.5 - comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

29.1.6 - Solicitar a (s) mercadoria (s) e o(s) serviço(s);

29.1.7 - Verificação/fiscalização das quantidades da (s) mercadoria (s) e do (s) serviços executados;

29.2 - Caberá ao contratado, o fornecimento dos produtos e a perfeita execução dos serviços do objeto descrito neste Edital e em seus Anexos, o cumprimento das seguintes obrigações:

29.2.1 - ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes para a prestação do(s) serviço(s), tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

29.2.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

29.2.3 - indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;

29.2.4 - efetuar o fornecimento das mercadorias dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

29.2.5 - executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

29.2.6 - ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município de São José das Palmeiras ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento da(s) mercadoria(s);

29.2.7 - ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de São José das Palmeiras, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento da(s) mercadoria(s);

29.2.8 - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município de São José das Palmeiras, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

29.2.9 - comunicar por escrito ao Município de São José das Palmeiras qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

29.2.10 - Entregar o objeto no prazo máximo estipulado, no local indicado e de acordo com todas as especificações técnicas e condições detalhadas neste Termo de Referência e em sua proposta. O bem deve ser entregue em perfeitas condições de novo, acompanhado dos documentos exigidos (nota fiscal, manuais, termo de garantia, etc.).

;

29.2.11 - manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão. A Contratada obriga-se a entregar a Contratante, quando solicitado, análise da qualidade da(s) mercadoria(s) solicitada(s).

29.3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:

29.3.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de São José das Palmeiras.

29.3.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de São José das Palmeiras;

29.3.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

29.3.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

29.4 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **29.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de São José das Palmeiras, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Município de São José das Palmeiras.

29.5 - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

29.5.1 - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de São José das Palmeiras, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

29.5.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de São José das Palmeiras.

29.5.3 - Dar treinamento prático de no mínimo 4 (quatro) horas para até 2 (dois) servidores por trator, no ato da entrega.

29.5.4 - A empresa fornecedora deverá possuir, durante todo o período de garantia, estrutura física própria ou credenciada, devidamente equipada e autorizada, apta a realizar todas as revisões preventivas e corretivas dos tratores agrícolas, conforme cronograma e especificações do fabricante.

29.5.4 - Garantir a qualidade do bem fornecido, responsabilizando-se por vícios aparentes ou ocultos de fabricação. Em caso de irregularidades apontadas no momento do recebimento provisório ou durante o período de garantia, a Contratada deverá, às suas expensas, corrigir os problemas identificados, mediante reparo ou substituição do item viciado

30 - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

30.1 - A quantidade prevista para efeito de fornecimento poderá ser alterada nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante o correspondente termo de aditamento ao Contrato.

31 - DAS PENALIDADES

30.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes multas:

a) 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação.

b) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, limitada a 20%;

c) O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

d) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

e) Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

f) A multa, após regular processo administrativo, será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

30.2 - Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

32 - CANCELAMENTO DO CONTRATO

32.1 - O cancelamento do Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

32.2 - O Contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

32.2.1 - descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;

32.2.2 - recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

32.2.3 - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

32.2.4 - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

32.3 - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

32.3.1 - A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

32.3.2 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

32.4 - A comunicação do cancelamento do Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

32.4.1 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

32.5 - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

32.5.1 - Ocorrendo a hipótese prevista no subitem **26.5**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município de São José das Palmeiras a aplicação das penalidades previstas no Edital.

33 – DA CLAUSULA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

33.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

33.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

33.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local

34 – DO FORO

34.1 - Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de SANTA HELENA, excluído qualquer outro.

Aprovo o pregão,

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, 06/08/2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2025

AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) TRATORES AGRÍCOLAS NOVOS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR.

A PROPOSTA DEVERA SER APRESENTADA DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO. NAO SERAO ADMITIDAS, EM NENHUMA HIPOTESE, AS PROPOSTAS QUE FIZEREM REFERÊNCIA AS DE OUTROS PROPONENTES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Marca	Valor Unit.	Valor máximo admitido	Valor total
01	01	UN	Aquisição de 01 (um) trator novo, com tração 4x4 (integral), potência mínima de 100 (cem) cv, cabine fechada com sistema de ventilação e ar-condicionado; motor diesel de 4 cilindros, com turboalimentador e intercooler; transmissão sincronizada com câmbio de no mínimo 12 marchas à frente e 12 à ré, com reversor mecânico; tomada de força com múltiplas rotações, sendo no mínimo 540 e 540E (admitindo 750 e/ou 1000); sistema hidráulico de três pontos (categoria II), com capacidade mínima de levante de 3.600 kgf; pneus agrícolas novos, com dimensões mínimas de 14.9-24 (dianteiros) e 18.4-34 (traseiros); tanque de combustível com capacidade mínima de 140 litros; comando hidráulico com no mínimo 3 válvulas de controle remoto (VCRs); freios a disco banhados a óleo; direção hidrostática; ângulo de esterçamento mínimo de 55° e oscilação do eixo dianteiro de, no mínimo, 11°; equipado com, no mínimo, 4 pesos			R\$ 305.000,00	R\$ 305.000,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

			dianteiros de 40 kg e 4 pesos traseiros de 50 kg GARANTIA: Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses ou conforme manual do fabricante , contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo, de acordo com CONVÊNIO N° 957837/2024 – TRANSFERE GOV.BR N° 009626/2024				
02	02	UN	Aquisição de 02 (dois) tratores novos, com tração 4x4 (integral), potência mínima de 80 (oitenta) cv , cabine fechada com sistema de ventilação e ar-condicionado; motor diesel de 4 cilindros, com turboalimentador e intercooler; transmissão sincronizada com no mínimo 12 marchas à frente e 12 à ré; tomada de força traseira com rotação de 540 e 540E; direção hidrostática; sistema hidráulico de três pontos (categoria II), com capacidade de levante mínima de 3.600 kgf; pneus agrícolas novos, dianteiros com dimensão mínima de 12.4-24 e traseiros 18.4-30; tanque de combustível com capacidade mínima de 140 litros; lastro com, no mínimo, 4 pesos dianteiros de 40 kg e 4 traseiros de 50 kg; comando hidráulico com no mínimo 3 válvulas de controle remoto (VCRs); freios a disco com lubrificação em banho de óleo; ângulo de esterçamento mínimo de 55° e oscilação lateral do eixo dianteiro de, no mínimo, 11° GARANTIA: Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses ou conforme manual do fabricante contra defeitos de			R\$ 247.000,00	R\$ 494.000,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

			fabricação, contados a partir do recebimento definitivo, de acordo com o CONVÊNIO N° 945719/2023 – TRANSFEREGOV.BR N° 054975/2023 e recursos próprios.				
--	--	--	--	--	--	--	--

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO DE ACORDO COM O EDITAL, ACOMPANHADO DE NOTA FISCAL SOB PENA DE NÃO SER EFETUADO O PAGAMENTO. VALIDADE DA PROPOSTA 60 (SESENTA) DIAS. PROPONHO-ME A FORNECER AS PEÇAS/SERVIÇOS CONSTANTES DO ANEXO I, OBEDECENDO AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE ANEXO.

_____, ____ DE _____ DE 2025.

Carimbo do CNPJ:



Assinatura do Proponente



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO II

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E
LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1) Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2) São responsabilidades do Licitante:

- i. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e
- v. pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3) O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4) O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5) **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizado por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- i. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- ii. apresentar lance de preço;
- iii. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- iv. solicitar informações via sistema eletrônico;
- v. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- vi. apresentar e retirar documentos;
- vii. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- viii. assinar documentos relativos às propostas;
- ix. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- x. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

A Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – PR
Pregão Eletrônico nº **027/2025**.

A Licitante XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Estado do XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, por seu representante legal, e para fins da **Pregão Eletrônico nº 027/2025**, DECLARA expressamente, para os fins e sob as penas da lei, que não possui em seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos, desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

Por ser verdade, firma (mos) a presente declaração.

(carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA, OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

A Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – PR
Pregão Eletrônico n.º **027/2025**.

Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, em atendimento às normas vigentes, que a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, participante da licitação para fornecimento/execução do objeto do PREGAO ELETRÔNICO Nº **027/2025**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, tampouco sócio cotista ou dirigente que seja cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante.

_____, _____ de _____ de 2025.

(carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO V

DECLARAÇÃO IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – PR
Pregão Eletrônico nº **027/2025**.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico**, sob nº. **027/2025**, instaurado pelo Município de São José das Palmeiras, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores,

_____, ____ de _____ de 2025.

(carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO VI

Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME); ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Ilmo Sr. Pregoeiro, do Município de São José das Palmeiras – Pr.

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins e a quem interessar possa que a empresa,.....Estabelecida na
Bairro....., na cidade de....., nos termos da Lei complementar nº. 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de Setembro de 2007, se enquadra na condição de:

- () Microempresa (ME);
- () Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- () Outras.

Cidade/data

Nome e Assinatura do Contador da Empresa
CRC:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025
"MINUTA CONTRATO "

Que entre si celebram o Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº _____ e da Carteira de Identidade RG nº _____ SSP/PR doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado _____ (qualificar), doravante denominada CONTRATADA, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira - Do objeto - Constitui objeto e a Aquisição de 03 (três) Tratores Agrícolas Novos, destinados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR.

Cláusula Segunda - Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº **027/2025** quanto a proposta adjudicada integram o presente Contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com este não conflitarem.

Cláusula Terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira - O Preço para a execução do objeto descrito na cláusula primeira é o seguinte: **(discriminar)**. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. **O (s) pagamento (s) será (ao) conforme Repasse do Governo Federal, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), CONVÊNIO/MAPA nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV nº 054975/2023, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv, CONVÊNIO/MAPA nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV nº 071603/2024, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 100 cv e RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS destinado a aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv**, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 6) Certidão de Débitos Trabalhistas. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico: contabilidadesj123@gmail.com

Parágrafo Segundo - Fica autorizado o Contratante a deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas a este pelo Contratado.

Parágrafo Terceiro- O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo Quarto - Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Paragrafo Quinto : Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal n.º 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

Paragrafo Sexto: Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Paragrafo Sétimo: As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

Cláusula Quarta – Do prazo, duração, condições e local de entrega

O prazo de entrega do (s) veículo (s) será (ão) no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da requisição de compra e a vigência do contrato será de _____ contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado pela Administração.

Parágrafo Primeiro: O (s) trator (es) deverão ser entregues pela empresa que vencer o certame, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da ordem de compra ou assinatura do contrato, no endereço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeira.

Parágrafo Segundo: Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias;

Paragrafo Terceiro: A vigência do contrato será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado.

Clausula Quinta - do crédito orçamentário

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Cláusula Sexta - Das penalidades

Em caso de inadimplemento, a Contratada estará sujeita as seguintes penalidades:

I. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

II. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

III. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;

V. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sétima: Da hipótese de rescisão:

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Contratante se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas no (s) artigo (s) 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Oitava: Da cessão:

A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Nona: Da fiscalização

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida **pelas Sras. Marlene Moscardi Matter, Danubia de Cassia Bernabe e Regina Helena Dapper Fagundes** i, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA..

Clausula Decima – Das Obrigações da Contratada

A (s) obrigação (ões) está (ão) previsto (s) no (s) item (s) 05 e 08 do termo de Referência.

Cláusula Decima Primeira – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“Prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“Prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira - Das alterações

As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, renunciando expressamente as partes a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
FRANCO MARIA ALVES CABRAL
(Contratante)

Contratado

Testemunhas:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES:

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social _____
Rua _____ nº _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
CNPJ nº _____
Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____
Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____
Telefone _____ Fax _____
E-mail _____
Escritório Contábil da empresa _____ Telefone _____

2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____
Função _____
Data de Nascimento _____ Estado Civil _____
Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____
CPF _____
Rua _____ nº _____
Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____
Estado _____ CEP _____ Telefone _____
Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data ____/____/____

Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como finalidade demonstrar a viabilidade da contratação e fundamentar a necessidade da aquisição de três máquinas agrícolas (tratores agrícolas novos) para o Município de São José das Palmeiras – PR, conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Esta aquisição busca atender às crescentes necessidades da agricultura familiar no município, setor que constitui a base econômica local, e que atualmente enfrenta limitações operacionais em virtude da insuficiência do parque de máquinas disponível. A mecanização das atividades agropecuárias é essencial para aumentar a produtividade, otimizar o uso da terra e garantir melhores condições de trabalho aos agricultores familiares.

Nos termos do art. 18, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o ETP configura a primeira etapa do planejamento da contratação pública, tendo por objetivo assegurar que a solução adotada seja a mais adequada ao interesse público, com base em estudos técnicos, consultas de mercado e compatibilidade com os recursos disponíveis por meio do **CONVÊNIO/MAPA Nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV Nº 054975/2023**.

A seguir, serão apresentados os fundamentos da necessidade de contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, os critérios de sustentabilidade, os estudos de mercado realizados, bem como os riscos identificados e as estimativas de custos, de modo a subsidiar a elaboração do Termo de Referência e do edital correspondente.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem como objetivo a aquisição de 03 (três) tratores



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

agrícolas novos, sendo 02 (dois) com potência mínima de 80 cv e 01 (um) com potência mínima de 100 cv, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR.

O município possui grande dependência econômica da agricultura familiar, a qual é desenvolvida em pequenas e médias propriedades rurais, geralmente exploradas por produtores com limitações técnicas e financeiras. Nesse cenário, a utilização de tratores é fundamental para o preparo do solo, adubação, pulverização, transporte e colheita, viabilizando práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis.

Contudo, a atual estrutura de máquinas agrícolas disponível é insuficiente para atender à demanda crescente dos pequenos produtores, especialmente nos períodos críticos do calendário agrícola, onde a agilidade nos serviços mecanizados é essencial para o aproveitamento das janelas climáticas.

Ademais, o custo de terceirização de maquinário é elevado e inviável para a maioria dos agricultores familiares, o que reforça a necessidade de o Município ampliar sua capacidade de apoio técnico-operacional por meio da disponibilização direta de tratores. O investimento visa assegurar a continuidade das atividades rurais, ampliar a produtividade agrícola e promover inclusão produtiva no campo.

A aquisição dos tratores permitirá ao Município intensificar ações de fomento rural, especialmente junto aos programas de incentivo à agricultura familiar, fortalecendo a segurança alimentar, a geração de renda local e a permanência das famílias no campo.

A solução proposta está em consonância com as diretrizes de desenvolvimento sustentável, eficiência administrativa e valorização do trabalho agrícola, sendo parte integrante do plano de modernização do parque de máquinas da Prefeitura, com recursos provenientes de convênio federal e contrapartida municipal.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Miguel De Oliveira Faria

4. JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no Município de São José



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

das Palmeiras – PR, setor que representa a principal base econômica local e enfrenta sérios entraves estruturais para sua consolidação e expansão.

Entre os principais fatores que fundamentam a aquisição dos tratores agrícolas, destacam-se:

A insuficiência do atual parque de máquinas da Prefeitura, que não comporta a demanda crescente por serviços mecanizados no meio rural, especialmente em períodos de plantio e colheita;

A inviabilidade econômica da aquisição individual de tratores por pequenos produtores, que possuem renda limitada e não têm acesso a crédito rural suficiente para investimentos em equipamentos de grande porte;

O alto custo da terceirização de serviços agrícolas, tornando-se impraticável a contratação de horas-máquina por agricultores de base familiar;

A instabilidade climática, que impõe janelas curtas para execução das etapas produtivas, exigindo agilidade nas operações mecanizadas para evitar perdas e garantir boa produtividade;

A necessidade de valorização do trabalho no campo, promovendo a mecanização como instrumento para reduzir o esforço físico e elevar a eficiência da produção.

A disponibilização de tratores modernos e adequados às características da agricultura local representa um investimento estratégico na infraestrutura de apoio técnico-operacional, contribuindo para a elevação da produtividade, a geração de renda e o desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, a presente contratação está vinculada aos CONVÊNIOS firmados com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), sendo eles:

- CONVÊNIO/MAPA nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV nº 054975/2023, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv; e
- CONVÊNIO/MAPA nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV nº 071603/2024, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 100 cv.

Adicionalmente, será adquirido 01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv com recursos próprios do Município de São José das Palmeiras – PR. Tal circunstância reforça o compromisso da Administração Municipal com a correta aplicação dos recursos públicos e com a expansão da capacidade de atendimento às demandas dos produtores rurais locais.

Assim, diante do interesse público envolvido, da urgência na solução da demanda e da comprovada viabilidade técnica e econômica da contratação, **restam plenamente**



demonstradas as razões que justificam a realização do processo licitatório para a aquisição dos referidos equipamentos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atender de forma adequada às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

5.1. Quantitativo e Tipologia dos Equipamentos:

- Aquisição de 03 (três) tratores agrícolas novos, zero quilômetro, sendo:
 - a) 02 (dois) tratores com potência mínima de 80 cv;
 - b) 01 (um) trator com potência mínima de 100 cv.

5.2. Especificações Técnicas Mínimas (para tratores com potência mínima de 80 cv – 02 unidades):

- Tração 4x4 (integral);
- Potência mínima de 80 cv;
- Motor a diesel, com 4 cilindros, turboalimentado e com intercooler;
- Transmissão sincronizada com, no mínimo, 12 marchas à frente e 12 marchas à ré;
- Direção hidrostática;
- Cabine fechada com ar-condicionado;
- Pneus agrícolas novos, com dimensões mínimas de 14.9x24 (dianteiros) e 18.4x30 (traseiros);
- Lastro com, no mínimo, 4 pesos dianteiros e 4 pesos traseiros;
- Tomada de força traseira com modo econômico e sincronizada com as rodas;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 140 litros;
- Sistema hidráulico de três pontos, com capacidade de levante mínima de 3.600 kgf.

5.3. Especificações Técnicas Mínimas (para trator com potência mínima de 100 cv – 01 unidade):

- Tração 4x4 (integral);



- Potência mínima de 100 cv;
- Motor a diesel, com 4 cilindros, turboalimentado e com intercooler;
- Transmissão mecânica sincronizada, com no mínimo 12 marchas à frente e 12 marchas à ré, dotada de reversor mecânico;
- Cabine fechada com ar-condicionado;
- Pneus agrícolas novos, com dimensões mínimas de 14.9x24 (dianteiros) e 18.4x34 (traseiros);
- Lastro com, no mínimo, 4 pesos dianteiros e 4 pesos traseiros;
- Tomada de força traseira com modo econômico e sincronizada com as rodas;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 140 litros;
- Sistema hidráulico de três pontos, categoria II, com capacidade de levante mínima de 3.600 kgf.

5.4. Condições de Entrega:

- Entrega em até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da ordem de compra ou assinatura do contrato;
- Entrega no endereço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Os tratores deverão ser entregues com todos os componentes em perfeito estado e sem uso anterior, acompanhados dos seguintes documentos:
 - Nota fiscal detalhada;
 - Termo de garantia do fabricante;
 - Manual de operação e manutenção em português;

5.5. Treinamento e Apoio Técnico:

- Treinamento prático de no mínimo 4 (quatro) horas para até 2 (dois) servidores por trator, no ato da entrega ou em data agendada, dentro de um prazo máximo de trinta dias após a entrega de cada veículo.

Esses requisitos foram definidos com base em práticas locais, estudos de viabilidade, diálogo com os produtores e experiências anteriores da administração pública, de modo a garantir a compatibilidade dos equipamentos com as condições de uso e a realidade operacional do Município.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na **aquisição de três tratores agrícolas novos,**



zero quilômetro, sendo **dois com potência mínima de 80 cv e um com potência mínima de 100 cv**, com tração 4x4, destinados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR. Os equipamentos atenderão diretamente às demandas da agricultura familiar local, prestando apoio nas diversas fases do ciclo produtivo agrícola – desde o preparo do solo até a colheita e o transporte interno.

A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da ordem de compra ou assinatura do contrato, prazo este justificado pela necessidade do Município em utilizar, com brevidade, os bens licitados para atender às suas demandas operacionais, com fornecimento completo de **documentação técnica, nota fiscal detalhada, manuais em português, termo de garantia**. Além disso, está prevista a realização de **treinamento prático e presencial com no mínimo 4 (quatro) horas de duração** para operadores indicados pelo Município.

A **padronização das características técnicas mínimas** visa garantir desempenho, robustez e segurança, bem como compatibilidade com as operações agrícolas realizadas em pequenas e médias propriedades rurais. A exigência de **cabine com ar-condicionado, motor turboalimentado, sistema hidráulico de alta capacidade, pneus dimensionados para tração pesada e tanque de grande autonomia** assegura maior produtividade e durabilidade dos equipamentos.

Os tratores serão **administrados de forma centralizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**, que coordenará o uso racional e rotativo das máquinas em prol da coletividade rural, promovendo uma política pública de fomento agrícola com impacto social direto.

Portanto, a contratação, em sua integralidade, representa uma resposta concreta e efetiva à necessidade da Administração Pública em apoiar e estruturar a agricultura familiar, promovendo eficiência operacional, desenvolvimento rural sustentável e adequada aplicação dos recursos públicos federais e municipais, conforme previsto nos **CONVÊNIOS/MAPA nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV nº 054975/2023 e nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV nº 071603/2024**.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA DOS ORÇAMENTOS

Para a obtenção do preço estimado da presente contratação, foram solicitados 03 (três) orçamentos para tratores com potência mínima de 80 cv e 04



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

(quatro) orçamentos para tratores com potência mínima de 100 cv, junto a fornecedores distintos e atuantes no setor de máquinas e equipamentos agrícolas, conforme orçamentos anexos.

Destaca-se que, ao realizar consulta no sistema oficial Banco de Preços, não foram encontrados registros compatíveis com as especificações técnicas exigidas para os tratores pretendidos. Diante disso, optou-se por utilizar orçamentos formais obtidos diretamente de empresas especializadas, como forma legítima de estimativa dos valores praticados no mercado, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Valores referência: De acordo com os orçamentos obtidos junto às empresas especializadas, foram apurados os valores a serem utilizados como **referência para a contratação**, adotando-se como critério o **menor valor apresentado entre as cotações recebidas**, nos seguintes termos:

Trator com potência mínima de 80 cv: R\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais) – conforme orçamento da empresa **Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda.**

Trator com potência mínima de 100 cv: R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais) – conforme orçamento da empresa **Cascavel Máquinas Agrícolas Ltda.**

Pelo presente, declaro que os preços utilizados como base para a estimativa desta contratação foram obtidos por meio de **pesquisa direta junto aos fornecedores:** *Cascavel Máquinas Agrícolas Ltda., Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda. e Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda.,* conforme respectivos orçamentos anexos.

Em atendimento ao **Decreto Municipal nº 054/2023**, de 24 de maio de 2023, especialmente no que dispõe o **Capítulo II – Bens e Serviços em Geral**, justifica-se a realização da pesquisa de preços por meio de contato direto com fornecedores, uma vez que **não foram localizados registros compatíveis com as especificações técnicas exigidas para tratores agrícolas** na plataforma oficial de pesquisa de preços adotada pelo Município de São José das Palmeiras – PR (**Banco de Preços**).

Dessa forma, os **valores de referência adotados** correspondem aos **menores preços obtidos** entre as propostas válidas, em conformidade com os princípios da economicidade e vantajosidade da Administração Pública.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Estima-se o valor da contratação em **R\$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil reais)**, considerando os valores de referência apurados junto aos fornecedores, conforme detalhado no item 9 deste Estudo Técnico Preliminar.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No presente caso, optou-se **pelo não parcelamento do objeto**, uma vez que se trata da **aquisição de três tratores agrícolas novos, de forma única e indivisível**, compatível com a execução unificada do objeto e com o planejamento orçamentário previsto nos convênios firmados e orçamentos próprios municipais.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Objetivo da contratação. Aquisição de 03 (três) tratores agrícolas novos, sendo: 02 (dois) tratores com tração 4x4 (integral), potência mínima de 80 (oitenta) cv, motor a diesel com 4 cilindros, turboalimentado e com intercooler, transmissão sincronizada 12x12 com reversor mecânico, cabine fechada com ar-condicionado, pneus novos com dimensões mínimas de 14.9x24 (dianteiros) e 18.4x30 (traseiros), com lastro mínimo de 4 pesos dianteiros e 4 traseiros, tanque com capacidade mínima de 140 litros, sistema hidráulico de 3 pontos com levante mínimo de 3.600 kg, TDP com modo econômico e sincronizada, direção hidrostática, garantia mínima de 12 meses ou conforme manual do fabricante.

01 (um) trator com tração 4x4 (integral), potência mínima de 100 (cem) cv, demais características técnicas semelhantes, com pneus traseiros dimensionados no mínimo em 18.4x34 e dianteiros em 14.9x24, TDP com múltiplas rotações (540/540E/750/1000).

Treinamento: O fornecimento deve incluir treinamento operacional de, no mínimo, 4 (quatro) horas, no ato da entrega, para até 2 (dois) servidores indicados pelo Município, por equipamento fornecido.

Garantia: Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses ou conforme manual do fabricante, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

Objetivos específicos:

A base econômica do Município de São José das Palmeiras – PR está fortemente alicerçada na agricultura familiar e nas atividades agropecuárias desenvolvidas em



pequenas e médias propriedades rurais, exploradas predominantemente em regime de economia familiar. Tais produtores enfrentam inúmeros desafios estruturais que comprometem a viabilidade e a sustentabilidade de sua atividade, entre os quais se destacam:

- O alto custo da terceirização de serviços mecanizados;
- A insuficiência do parque de máquinas do Município;
- A inviabilidade econômica da aquisição de tratores individuais por pequenos produtores;
- A baixa produtividade decorrente de limitações no preparo adequado do solo;
- A instabilidade climática, exigindo maior agilidade nas operações agrícolas;
- A necessidade de valorização e modernização do trabalho no campo.

Diante desse cenário, a presente aquisição visa fortalecer as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e ao apoio direto aos produtores rurais, promovendo a mecanização agrícola como instrumento de melhoria da produtividade e da renda familiar no meio rural.

Os tratores serão gerenciados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, sendo utilizados para preparo do solo, aplicação de insumos, transporte interno, colheitas e demais demandas do setor agrícola.

As especificações técnicas foram definidas com base em estudos técnicos, práticas locais e diálogo com produtores, assegurando que os equipamentos tenham robustez, potência e segurança, promovendo o uso racional dos recursos públicos com eficiência e impacto social.

Por fim, a aquisição está inserida nos **CONVÊNIOS/MAPA nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV nº 054975/2023 e nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV nº 071603/2024**, reafirmando o compromisso do Município com a correta aplicação dos recursos públicos federais e a estruturação do setor produtivo rural local, com contrapartida municipal.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

No caso em tela, a necessidade está plenamente justificada e tecnicamente viável, conforme demonstra a limitação atual de maquinário, o impacto direto no atendimento à agricultura familiar e a existência de dotação orçamentária específica via convênios federais e dotação municipal própria. A contratação atende ao interesse



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

público, está em consonância com a legislação vigente e será executada com observância aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade.

12. RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

Miguel Oliveira de Faria

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Município de São José das Palmeiras – PR



TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. OBJETO

Aquisição de **três máquinas agrícolas (tratores agrícolas novos)** para utilização no apoio às atividades da agricultura familiar, a serem disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São José das Palmeiras – PR, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de 03 (três) tratores agrícolas novos, sendo:

02 (dois) tratores com tração 4x4 (integral), potência mínima de 80 (oitenta) cv, cabine fechada com sistema de ventilação e ar-condicionado; motor diesel de 4 cilindros, com turboalimentador e intercooler; transmissão sincronizada com no mínimo 12 marchas à frente e 12 à ré; tomada de força traseira com rotação de 540 e 540E; direção hidrostática; sistema hidráulico de três pontos (categoria II), com capacidade de levante mínima de 3.600 kgf; pneus agrícolas novos, dianteiros com dimensão mínima de 12.4-24 e traseiros 18.4-30; tanque de combustível com capacidade mínima de 140 litros; lastro com, no mínimo, 4 pesos dianteiros de 40 kg e 4 traseiros de 50 kg; comando hidráulico com no mínimo 3 válvulas de controle remoto (VCRs); freios a disco com lubrificação em banho de óleo; ângulo de esterçamento mínimo de 55º e oscilação lateral do eixo dianteiro de, no mínimo, 11º.

01 (um) trator com tração 4x4 (integral), potência mínima de 100 (cem) cv, cabine fechada com sistema de ventilação e ar-condicionado; motor diesel de 4 cilindros, com turboalimentador e intercooler; transmissão sincronizada com câmbio de no mínimo 12 marchas à frente e 12 à ré, com reversor mecânico; tomada de força com



múltiplas rotações, sendo no mínimo 540 e 540E (admitindo 750 e/ou 1000); sistema hidráulico de três pontos (categoria II), com capacidade mínima de levante de 3.600 kgf; pneus agrícolas novos, com dimensões mínimas de 14.9-24 (dianteiros) e 18.4-34 (traseiros); tanque de combustível com capacidade mínima de 140 litros; comando hidráulico com no mínimo 3 válvulas de controle remoto (VCRs); freios a disco banhados a óleo; direção hidrostática; ângulo de esterçamento mínimo de 55° e oscilação do eixo dianteiro de, no mínimo, 11°; equipado com, no mínimo, 4 pesos dianteiros de 40 kg e 4 pesos traseiros de 50 kg.

1.2 TREINAMENTO: O fornecimento deve incluir treinamento operacional de, no mínimo, 4 (quatro) horas, no ato da entrega, para até 2 (dois) servidores indicados pelo Município, por equipamento fornecido.

1.3 GARANTIA: Os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses** ou conforme manual do fabricante, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

2 – JUSTIFICATIVA

A base econômica do Município de São José das Palmeiras – PR está fortemente alicerçada na agricultura familiar e nas atividades agropecuárias desenvolvidas em pequenas e médias propriedades rurais, exploradas predominantemente em regime de economia familiar. Tais produtores enfrentam inúmeros desafios estruturais que comprometem a viabilidade e a sustentabilidade de sua atividade, entre os quais se destacam:

- O **alto custo da terceirização de serviços mecanizados**, inviabilizando a contratação de tratores e implementos por pequenos agricultores;
- A **insuficiência do parque de máquinas do Município**, que atualmente não consegue atender à crescente demanda de serviços agrícolas em tempo hábil;
- A **inviabilidade econômica da aquisição de tratores individuais** pelos pequenos produtores, dada a limitação de capital de investimento;
- A **baixa produtividade** de algumas áreas em razão da dificuldade de preparo adequado do solo e da aplicação de insumos com precisão e regularidade;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

- A **instabilidade climática** registrada nos últimos anos, que exige agilidade no plantio e colheita para aproveitamento ideal das janelas agrícolas;
- A **necessidade de valorização do trabalho no campo**, com equipamentos que reduzam o esforço físico dos operadores e ampliem a eficiência no uso da terra.

Diante desse cenário, a presente aquisição de **03 (três) tratores agrícolas novos**, sendo **02 (dois) com potência mínima de 80 cv** e **01 (um) com potência mínima de 100 cv**, visa fortalecer as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e ao apoio direto aos produtores rurais, promovendo a mecanização agrícola como instrumento de melhoria da produtividade e da renda familiar no meio rural.

Os tratores atenderão de forma direta e coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que ficará responsável por sua gestão operacional. Serão utilizados principalmente para o preparo do solo, aplicação de fertilizantes e herbicidas, transporte interno de cargas e apoio nas atividades de colheita, além de outras demandas pontuais das comunidades rurais.

As especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência foram definidas com base em estudos técnicos, práticas agrícolas locais e diálogo com produtores, buscando assegurar que os equipamentos adquiridos tenham robustez, potência, autonomia de operação e segurança para os operadores, promovendo o uso racional dos recursos públicos com eficiência, economicidade e alcance social.

A fixação do prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** para a entrega dos equipamentos após a emissão da Ordem de Compra ou assinatura do contrato fundamenta-se na necessidade de atendimento imediato das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, especialmente no contexto da agricultura familiar, que possui forte dependência de janelas sazonais curtas para execução das atividades produtivas.

A agricultura local é diretamente influenciada por fatores climáticos, sendo comum a ocorrência de períodos curtos e específicos para preparo do solo, plantio e colheita. A não observância desse calendário pode acarretar perdas significativas na produtividade e inviabilizar a execução de programas e ações públicas já planejadas, com prejuízos diretos à economia municipal e aos beneficiários das políticas públicas.

Além do aspecto técnico-operacional, o prazo reduzido visa resguardar o princípio da eficiência (art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021) e assegurar o pronto



atendimento ao interesse público, evitando que o atraso na disponibilização dos tratores comprometa a execução de convênios federais e a aplicação tempestiva de recursos vinculados. Ressalta-se que a celeridade no fornecimento é compatível com as práticas de mercado, considerando que os bens licitados são de fabricação seriada e disponibilidade imediata junto a distribuidores autorizados, não se tratando de equipamentos que demandem produção sob encomenda.

O prazo estabelecido também está alinhado ao princípio da economicidade, pois impede a necessidade de contratações emergenciais de serviços terceirizados de mecanização agrícola, que possuem custo unitário mais elevado e oneram o erário. Dessa forma, a exigência de entrega em até 15 dias garante não apenas a efetividade das ações públicas, mas também o uso racional dos recursos financeiros, em conformidade com os objetivos do processo licitatório.

Por fim, ressalta-se que a presente aquisição está inserida no escopo de investimentos oriundos de dois convênios firmados com o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, por meio da plataforma Transferegov.br, sendo eles: o **CONVÊNIO Nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV Nº 054975/2023**, destinado à aquisição de **01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv**; e o **CONVÊNIO Nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV Nº 009626/2024**, voltado à aquisição de **01 (um) trator agrícola com potência mínima de 100 cv**. Além desses, será adquirido **01 (um) trator agrícola com potência mínima de 80 cv com recursos livres do Município de São José das Palmeiras – PR**. Todos os investimentos reforçam o compromisso com a correta e eficaz aplicação dos recursos públicos na estruturação do setor produtivo rural local.

3 – DA MODALIDADE/CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Trata-se de um **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, não se enquadrando como bem de luxo ou tecnologia de ponta. O fornecimento é de natureza **não continuada** (entrega única do bem). Em função dessa classificação, a modalidade escolhida para a **licitação é o Pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**.



4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

ITEM	QTD E.	UNID .	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Unid	Trator agrícola novo, potência mínima de 100 cv, tração 4x4, cabine fechada, conforme especificações técnicas	R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais)	R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais)
02	02	Unid	Trator agrícola novo, potência mínima de 80 cv, tração 4x4, cabine fechada, conforme especificações técnicas	R\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais)	R\$ 494.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais)
VALOR TOTAL:		R\$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil reais)			

5- DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

5.1 Recebimento Provisório: Os tratores serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, apenas para fins de formalização do recebimento, mediante termo assinado pelas partes. Será emitido um termo ou recibo provisório, assinado pelo servidor responsável e pelo representante da contratada, com registro de data, horário e eventuais observações.

5.2 Inspeção Técnica: Após o recebimento provisório, será realizada inspeção detalhada para verificação das especificações técnicas e testes de funcionamento. Serão conferidos itens como tração 4x4, câmbio, motor, painel de instrumentos, tomada de força, levante hidráulico, ar-condicionado, entre outros componentes previstos. Eventuais falhas ou divergências serão documentadas em relatório técnico.

5.3 Recusa ou Substituição: Caso o equipamento apresente vícios, danos ou não esteja de acordo com as exigências do edital, poderá ser recusado, sendo a contratada obrigada a substituir ou reparar o bem no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após notificação formal, sob pena de sanções contratuais.

5.4 Recebimento Definitivo: A aceitação definitiva ocorrerá até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, mediante verificação de conformidade integral do bem. Durante esse período, o trator poderá ser utilizado em caráter experimental, sem que isso implique aceitação tácita. Caso não haja manifestação contrária nesse prazo, o objeto será considerado aceito.



5.5 Garantia: O equipamento deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses ou conforme manual do fabricante a contar do recebimento definitivo. Durante a vigência da garantia, quaisquer vícios deverão ser sanados pela contratada, sem ônus para o Município. O prazo de garantia será suspenso enquanto o trator estiver indisponível para conserto.

6 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

6.1 Quantidade: Serão adquiridos **03 (três) tratores agrícolas novos**, sendo **02 (dois) com potência mínima de 80 cv** e **01 (um) com potência mínima de 100 cv**, conforme as especificações técnicas detalhadas no item 1.1 deste Termo de Referência. A quantidade foi definida com base na real necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, considerando a crescente demanda de apoio às atividades da agricultura familiar e a atual limitação do parque de máquinas do Município

6.2 Prazo de Entrega: Os equipamentos deverão ser entregues pela empresa contratada em até 15 (quinze) dias corridos, conforme justificativa constante do item 2 deste Termo de Referência, contados da data de emissão da Ordem de Compra ou assinatura do contrato, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

6.3 Local e Horário de Entrega: A entrega dos tratores deverá ocorrer nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 979, Centro, São José das Palmeiras/PR, CEP 85898-121, durante o horário de expediente (segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30). A empresa contratada deverá informar, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, a data e o horário previstos para a entrega, a fim de viabilizar o acompanhamento por servidores responsáveis do Município.

6.4 Condições de Apresentação dos Bens: Os tratores deverão ser entregues novos, sem uso anterior, no modelo e configuração ofertados na proposta vencedora. Todos os componentes e sistemas dos equipamentos devem estar em perfeito estado de funcionamento. Cada trator deverá ser acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos e itens:

- a) Manual de Operação e Manutenção fornecido pelo fabricante, em português;
- b) Termo de Garantia do fabricante, preenchido com número de série, data de início e validade;



c) Nota Fiscal emitida em nome do Município de São José das Palmeiras – PR, com a devida descrição detalhada (marca, modelo, número de série/chassi, ano de fabricação, potência, etc.) e menção ao número do empenho ou contrato.

6.5 Treinamento Operacional: A contratada deverá fornecer, sem custo adicional, treinamento básico de operação e manutenção preventiva para até 02 (dois) servidores por trator adquirido, totalizando até 06 (seis) servidores. O treinamento deverá ocorrer no ato da entrega ou em data imediatamente posterior, com duração mínima de 4 (quatro) horas por grupo. Os conteúdos obrigatórios incluem:

- Procedimentos de segurança na operação do trator;
- Comandos e instrumentos do painel;
- Técnicas básicas de condução e uso de implementos;
- Verificação de itens de manutenção diária (níveis, filtros, pneus, etc.);
- Calendário de revisões e boas práticas de conservação.

Os participantes deverão assinar lista de presença, e a contratada deverá emitir certificado ou declaração do treinamento, que será anexado ao processo de recebimento dos equipamentos.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 A seleção da proposta vencedora obedecerá aos critérios objetivos estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico, observando-se:

7.2 Julgamento pelo menor preço por item: Será considerada vencedora a proposta de **menor preço global** para o item, dentre aquelas que atenderem a todas as especificações técnicas e requisitos do edital. O preço ofertado deverá ser compatível com o estimado e com os preços de mercado. Propostas com valores manifestamente inexequíveis serão desclassificadas, conforme critérios do edital (por exemplo, preço muito abaixo da média sem justificativa).

7.3 Conformidade Técnica Obrigatória: A proposta deverá demonstrar conformidade com **100% das especificações técnicas mínimas** do objeto. Para verificar isso, o setor de licitação analisará a descrição detalhada do objeto contida na proposta e a documentação técnica eventualmente solicitada (fichas técnicas, catálogos, declarações do fabricante etc.). Poderá ser utilizada uma tabela comparativa de requisitos para facilitar a avaliação. A título ilustrativo, os principais requisitos técnicos e sua condição de atendimento serão verificados conforme a tabela abaixo:

Requisitos Técnicos – Tratores (Potência mínima de 80 cv)



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Requisito Técnico	Exigência Mínima Atualizada (Comum a diversos fabricantes)
Tração	4 x 4 (tração nas quatro rodas)
Potência do Motor	Potência mínima de 80 cv
Motor	Motor diesel, 4 cilindros, turboalimentado com intercooler
Transmissão	Sincronizada 12x12 com reversor mecânico
Cabine	Cabine fechada com ar-condicionado
Direção	Hidrostática
Pneus dianteiros	Mínimo 12.4-24 (novos) ou equivalentes compatíveis com a potência do trator
Pneus traseiros	Mínimo 18.4-30 (novos) ou equivalentes compatíveis
Lastro de peso	Mínimo de 4 pesos dianteiros de 40 kg + 4 pesos traseiros de 50 kg
Tomada de Força (TDP)	Múltiplas rotações (mínimo 540 e 540E)
Tanque de Combustível	Capacidade mínima de 140 litros
Levante hidráulico (3 pts)	Capacidade mínima de 3.600 kgf, categoria II
Comando hidráulico	Mínimo de 3 válvulas de controle remoto (VCRs)
Freios	A disco com lubrificação em banho de óleo
Esterçamento/Oscilação	Esterçamento $\geq 55^\circ$ / Oscilação do eixo $\geq 11^\circ$
Treinamento operacional	Mínimo de 4 horas no ato da entrega
Garantia mínima	12 meses

Requisitos Técnicos – Trator (Potência mínima de 100 cv)

Requisito Técnico	Exigência Mínima Atualizada (Comum a diversos fabricantes)
Tração	4 x 4 (tração nas quatro rodas)
Potência do Motor	Potência mínima de 100 cv
Motor	Motor diesel, 4 cilindros, turboalimentado com intercooler
Transmissão	Sincronizada 12x12, com reversor mecânico
Cabine	Cabine fechada com ar-condicionado
Direção	Hidrostática
Pneus dianteiros	Mínimo 14.9-24 (novos) ou equivalentes compatíveis com a potência do trator
Pneus traseiros	Mínimo 18.4-34 (novos) ou equivalentes compatíveis
Lastro de peso	Mínimo de 4 pesos dianteiros de 40 kg + 4 pesos traseiros de 50 kg
Tomada de Força (TDP)	Múltiplas rotações (mínimo 540 e 540E), sendo admitido adicional de 750 ou 1000 rpm



Requisito Técnico	Exigência Mínima Atualizada (Comum a diversos fabricantes)
Tanque de Combustível	Capacidade mínima de 140 litros
Levante hidráulico (3 pts)	Capacidade mínima de 3.600 kgf, categoria II
Comando hidráulico	Mínimo de 3 válvulas de controle remoto (VCRs)
Freios	A disco com lubrificação em banho de óleo
Esterçamento/Oscilação	Esterçamento $\geq 55^\circ$ / Oscilação do eixo $\geq 11^\circ$
Treinamento operacional	Mínimo de 4 horas no ato da entrega
Garantia mínima	12 meses

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na execução do contrato;

II - Fiscalizar a execução do objeto contratual;

III - Solicitar fundamentadamente à CONTRATADAS providências para correção de falhas;

IV - Efetuar o pagamento conforme previsto em contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A empresa vencedora, doravante denominada **Contratada**, deverá obedecer a todas as obrigações previstas no edital e em seus anexos, bem como às decorrentes de sua proposta. Em especial, compromete-se a:

8.2 Entrega conforme o Contrato: Entregar o objeto no prazo máximo estipulado, no local indicado e de acordo com todas as especificações técnicas e condições detalhadas neste Termo de Referência e em sua proposta. O bem deve ser entregue em perfeitas condições de novo, acompanhado dos documentos exigidos (nota fiscal, manuais, termo de garantia, etc.).

8.3 Custos de Entrega Incluídos: Assumir integralmente os custos de transporte, carga, descarga, seguro, mão de obra e quaisquer outros necessários para a entrega do trator no endereço estabelecido, já inclusos no preço contratado. A Contratada se responsabiliza por eventuais danos causados ao equipamento durante o trajeto até o local de entrega, devendo providenciar seguro adequado se julgar necessário para garantir essa proteção (tal seguro corre por conta da Contratada).



8.4 Qualidade e Conformidade: Garantir a qualidade do bem fornecido, responsabilizando-se por vícios aparentes ou ocultos de fabricação. Em caso de irregularidades apontadas no momento do recebimento provisório ou durante o período de garantia, a Contratada deverá, às suas expensas, corrigir os problemas identificados, mediante reparo ou substituição do item viciado, no prazo estabelecido neste Termo (vide item 3.3).

8.5 Preposto da Contratada: Indicar formalmente um **preposto**, devidamente credenciado, para representá-la durante a execução do contrato, inclusive no ato da entrega e treinamento. Esse representante deverá ter poderes para resolver questões operacionais e receber notificações em nome da Contratada.

8.6 Garantia: Os veículos objeto desta contratação deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses ou conforme manual do fabricante, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e de funcionamento.

9. COTAÇÃO DE PREÇOS – DADOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

9.1. Para a obtenção do preço estimado da presente contratação, foram solicitados 03 (três) orçamentos para tratores com potência mínima de 80 cv e 04 (quatro) orçamentos para tratores com potência mínima de 100 cv, junto a fornecedores distintos e atuantes no setor de máquinas e equipamentos agrícolas, conforme orçamentos anexos.

9.2. Destaca-se que, ao realizar consulta no sistema oficial Banco de Preços, não foram encontrados registros compatíveis com as especificações técnicas exigidas para os tratores pretendidos. Diante disso, optou-se por utilizar orçamentos formais obtidos diretamente de empresas especializadas, como forma legítima de estimativa dos valores praticados no mercado, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Valores referência: De acordo com os orçamentos obtidos junto às empresas especializadas, foram apurados os valores a serem utilizados como **referência para a contratação**, adotando-se como critério o **menor valor apresentado entre as cotações recebidas**, nos seguintes termos:

9.3.1. Trator com potência mínima de 80 cv: R\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais) – conforme orçamento da empresa **Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda.**



9.3.2. Trator com potência mínima de 100 cv: R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais) – conforme orçamento da empresa **Cascavel Máquinas Agrícolas Ltda.**

10. DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTO (S)/COTAÇÃO DE PREÇOS

Pelo presente, declaro que os preços utilizados como base para a estimativa desta contratação foram obtidos por meio de **pesquisa direta junto aos fornecedores**: Cascavel Máquinas Agrícolas Ltda., Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda. e Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda., conforme respectivos orçamentos anexos.

Em atendimento ao **Decreto Municipal nº 054/2023**, de 24 de maio de 2023, especialmente no que dispõe o **Capítulo II – Bens e Serviços em Geral**, justifica-se a realização da pesquisa de preços por meio de contato direto com fornecedores, uma vez que **não foram localizados registros compatíveis com as especificações técnicas exigidas para tratores agrícolas** na plataforma oficial de pesquisa de preços adotada pelo Município de São José das Palmeiras – PR (**Banco de Preços**).

Dessa forma, os **valores de referência adotados** correspondem aos **menores preços obtidos** entre as propostas válidas, em conformidade com os princípios da economicidade e vantajosidade da Administração Pública.

11 – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os pagamentos serão efetuados após o repasse de recursos financeiros pela União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio da Plataforma Transferegov.br, vinculados aos seguintes convênios:

CONVÊNIO Nº 945719/2023 – TRANSFEREGOV.BR Nº 054975/2023: destinado à aquisição de **01 (um)** trator agrícola com potência mínima de **80 cv**, conforme previsto no Plano de Trabalho e Termo de Referência constantes do instrumento;

CONVÊNIO Nº 957837/2024 – TRANSFEREGOV.BR Nº 009626/2024: destinado à aquisição de **01 (um)** trator agrícola com potência mínima de **100 cv**, igualmente em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado.

RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS: será adquirido **01 (um)** trator agrícola com potência mínima de **80 cv**, mediante utilização de recursos livres do Município.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

11.2. Os recursos repassados pela União serão complementados por contrapartida financeira municipal, conforme disposto nos respectivos termos de convênio.

11.3. O pagamento à empresa contratada será efetuado somente após a entrega definitiva dos bens, devidamente acompanhada de:

1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens Serviços;

2) Certidão Negativa de Débitos do FEDERAL/INSS;

3) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

6) Certidão de Débitos Trabalhistas e As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Dotações - Administração					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3930	08.002.20.606.0010.1 076	0	4.4.90.52.00.0 0	Do Exercício
2025	3941	08.002.20.606.0010.1 076	793	4.4.90.52.00.0 0	Do Exercício
2025	3942	08.002.20.606.0010.1 076	814	4.4.90.52.00.0 0	Do Exercício

12 – DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá o Agente de Contratação — seja o Pregoeiro, no pregão, ou a Comissão de Contratação, nas demais modalidades — promover, nos termos do art.64 da Lei nº 14.133/2021, diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras/PR, 03 de julho de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MIGUEL DE OLIVEIRA FARIA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Município de São José das Palmeiras – PR